



# Prefeitura Municipal da Estância Turística de Monte Alegre do Sul Cidade Presépio

## **DECRETO N° 2.806 DE 23 DE DEZEMBRO DE 2.025**

*“Dispõe sobre a realização do evento Férias na Praça 2026 e dá outras providências”.*

**JOSÉ RAFAEL VEZZAN**, Prefeito Municipal da Estância Turística de Monte Alegre do Sul, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições, e considerando o que dispõe o art. 92 da Lei Orgânica do Município, o art. 24 do Código de Trânsito Brasileiro e o art. 39 do Código Tributário Municipal, **DECRETA:**

### **SEÇÃO I – DOS EVENTOS**

**Art. 1º** O presente Decreto regulamenta o evento Férias na Praça, de Monte Alegre do Sul, que será realizado aos finais de semana, compreendendo os dias 10 e 11, 17 e 18, 24 e 25 e 31 de janeiro de 2026, das 14h00 às 22h00, na Praça Bom Jesus.

### **SEÇÃO II – DO COMÉRCIO E DO USO DE ESPAÇOS PÚBLICOS**

**Art. 2º** A autorização para a utilização de espaço público para instalação parque, barracas, stands, e outros equipamentos destinados ao comércio de produtos de qualquer natureza e gênero ao longo da Praça Bom Jesus durante o evento Férias na Praça será concedida considerando os valores dispostos nos parágrafos 1º e 2º desde artigo, que deverão ser recolhidos aos cofres públicos em conta específica desta municipalidade através das normas pré-fixadas em contrato padrão junto ao Departamento de Cultura Esportes e Turismo.

#### **§1º VALORES REFERENTES A COMERCIALIZAÇÃO NO EVENTO FÉRIAS NA PRAÇA:**

- I – 10 espaços nas dimensões 1,60 x 0,80 cm para expositores – R\$ 104,68 cada espaço por final de semana
- II – 1 extensão de comércio – R\$ 209,36 por final de semana
- III – 1 trailler para comercialização de Chopp – R\$ 209,36 por final de semana
- IV – 1 espaço para serviço de lazer infantil – R\$ 157,02 por final de semana

#### **§2º VALORES REFERENTES A COMERCIALIZAÇÃO NO EVENTO FÉRIAS NA PRAÇA:**

- I - Os Pagamentos poderão ocorrer em até 48 (quarenta e oito) horas antes do evento, via guia de arrecadação municipal, devendo o comprovante ser apresentado antes da montagem do espaço para anexação ao processo, com o contrato devidamente assinado, conforme anexo I, sob pena de revogação da autorização de uso do espaço.
- II - Fica vedado o pagamento em espécie.
- III - Espaços que por ventura venham a sobrar e sejam comercializados no início do evento serão acrescidos em 20% do valor da tabela, devendo ser pagos via pix na conta específica da municipalidade, e seu comprovante apresentado a organização do evento antes da montagem do espaço para anexação no processo com o contrato devidamente assinado.
- IV - Em nenhuma hipótese haverá ressarcimento de valores pagos.
- V - Fica vedado a concessão de espaços para pessoas físicas ou jurídicas que detenham dívidas ativas e valores não recolhidos referentes a concessão oriundas de eventos municipais anteriores.



## Prefeitura Municipal da Estância Turística de Monte Alegre do Sul Cidade Presépio

VI - É proibida a sub-rogação, substituição ou qualquer outra forma de transferência do espaço cedido, estando sujeito na revogação imediata da autorização de uso e retomada do espaço cedido, sem ressarcimento de valores pagos e demais providências administrativas e judiciais a serem adotadas pelo Poder Público.

VII - Ficam isentos de qualquer pagamento, o Fundo Social de Solidariedade, Conselhos e Fundos Municipais legalmente instituídos, Consórcios Públicos, Entidades Religiosas dos quais o município de Monte Alegre do Sul é integrante e entidades sem fins lucrativos, a critério da Prefeitura Municipal, nos termos do Código Tributário do Município.

VIII - Fica terminantemente proibida a transferência da autorização dada a qualquer entidade acima para particulares ou outras sem prévia anuência da Prefeitura.

**Art. 3º** O pedido de reserva do espaço deverá ser solicitado mediante requerimento escrito, com cópia simples dos documentos pessoais do requerente (CPF, RG e Comprovante de residência) equivalentes aos dados informados no requerimento, juntamente com Certidão Negativa de Débitos (que pode ser solicitada ao Departamento de Cadastro e Tributos desta municipalidade) endereçado ao Departamento Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, que a seu critério e juízo, deferirá ou não o pedido elaborando a competente autorização a título precário, por ordem cronológica de solicitação e quitação de guia de arrecadação municipal.

**§1º** A licença para instalação de barracas e outros equipamentos habilita o interessado a comercializar, por sua conta, risco e responsabilidade, seus produtos indicados no requerimento de que trata o “caput” deste artigo, devendo também atender fielmente as normas que lhe forem ditadas pela organização do evento, bem como as determinações da Vigilância Sanitária se for o caso.

**§2º** Os detentores de barracas e de outros equipamentos deverão observar ainda a aplicação da Lei Estadual nº 14.592 de 19 de outubro de 2.011, que proíbe a venda, oferta, fornecimento, entrega e a permissão de consumo de bebida alcoólica, ainda que gratuitamente, aos menores de 18 (dezoito) anos de idade.

**§3º** Ficam os detentores de barracas e de outros equipamentos obrigados a apresentar à Vigilância Sanitária a carteira de saúde individual das pessoas que trabalharem em seus estabelecimentos durante a realização do referido evento, nos termos da legislação pertinente, sob pena de revogação de sua autorização de funcionamento.

**§4º** Fica obrigatória a fixação em local visível de alvará de funcionamento espedido pelo Setor de Fiscalização, após verificação de quitação de valores referentes ao espaço e cumprimento das normas estabelecidas.

**§5º** Arcar com a solução de eventual déficit de suas despesas no evento.

**§6º** Se responsabilizar por casos não previstos e situações de demandem providências imediatas, assim como ressarcimento de eventuais danos causados ao Município e/ou a terceiros.

**§7º** Observar e fazer cumprir todos os regramentos legais atinente a segurança, sanitária e outros cabíveis à espécie.

**§8º** Realizar a limpeza e manutenção dos espaços utilizados.

**§9º** Retirar todas as instalações e pertences da área envolvida em até 24 (vinte e quatro) horas do término do evento;

**Art. 4º** O Município não se responsabiliza por perdas e eventuais danos que venham ocorrer em função da utilização do espaço público.

**Art. 5º** No mesmo perímetro, fica proibido a comercialização de produtos de qualquer espécie, por parte de vendedores ambulantes não credenciados.



**Prefeitura Municipal da Estância Turística  
de Monte Alegre do Sul  
Cidade Presépio**

**Art. 6º** Fica o requerente obrigado a recolher juntamente com o valor do espaço público fixado neste Decreto, os custos para vistoria da Sessão de Vigilância Sanitária da Municipalidade se for o caso.

**SEÇÃO IV – DO TRÂNSITO**

**Art. 7º** Poderá o Setor de trânsito modificar o fluxo de veículos, sinalização de vias, conforme necessidade do evento para melhor atender a demanda e fluxo do município.

**SEÇÃO V – DAS NORMAS A SEREM SEGUIDAS**

**Art. 8º** As empresas institucionais poderão divulgar sua marca de forma e em locais pré-estabelecidos pela organização do evento.

**Art. 9º** Casos omissos relacionados aos eventos de que tratam o presente Decreto, serão decididos pela Comissão Organizadora de Eventos.

**SEÇÃO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 10º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Monte Alegre do Sul, 23 de dezembro de 2025

**JOSÉ RAFAEL VEZZAN**  
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado em 23 de dezembro de 2025

**Luciana Maria Gonçalves Benedetti**  
Diretora de Administração e Governo Municipal



**Prefeitura Municipal da Estância Turística  
de Monte Alegre do Sul**  
Cidade Presépio

**Anexo I**

**INSTRUMENTO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE BENS MUNICIPAIS**

**Outorgante:** Prefeitura Municipal da Estância Turística de Monte Alegre do Sul, entidade de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob nº 52.846.144/0001-67, com sede a Avenida João Girardelli nº 500, Monte Alegre do Sul – SP neste ato representado ~~por~~ Senhor José Rafael Vezzan, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, portador do CPF nº xxxxxxxxx, residente e domiciliado em Monte Alegre do Sul, Estado de São Paulo.

Evento: \_\_\_\_\_

Outorgado: \_\_\_\_\_

Qualificação: \_\_\_\_\_

CPF/CNPJ: \_\_\_\_\_, RG/I.E.: \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade de \_\_\_\_\_

TEL.: (    ) \_\_\_\_\_ WhatsApp.: (    ) \_\_\_\_\_

As condições do presente instrumento seguem descritas nas cláusulas abaixo:

**OBJETO:**

**Cláusula 1ª** - O presente instrumento, compreende em autorização de uso de bem público, outorgado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, e fundamento no parágrafo 1º do artigo 92 da Lei Orgânica Municipal, que confere ao Outorgado, **autorização de uso de espaço público, a título oneroso e precário, por tempo determinado**, com área de \_\_\_\_\_ m² situado na - \_\_\_\_\_, para fins de exposição e comercialização (ambulante) de produtos lícitos: \_\_\_\_\_.

**PRAZO:**

**Cláusula 2ª** – A presente Autorização de Uso de Bem Público tem prazo certo e determinado de \_\_\_\_\_ dias, período compreendido entre os dias \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**VALOR:**



**Prefeitura Municipal da Estância Turística  
de Monte Alegre do Sul  
Cidade Presépio**

**Cláusula 3ª** – Conforme regulamento em Decreto do Chefe do Executivo o Valor a ser recolhido junto aos cofres públicos é de:

I – do espaço R\$ \_\_\_\_\_.

II – valor total do espaço R\$ \_\_\_\_\_.

III – valor total por extenso (\_\_\_\_\_).

**Cláusula 4ª** – Em razão do presente ajuste, o outorgado fica obrigado a recolher o valor disposto na cláusula anterior por Guia de Arrecadação Municipal, **exclusivamente em conta de titularidade do Município outorgante, até a data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_**, sob pena de **revogação automática da autorização**.

**Parágrafo Único** – Correrá por conta exclusiva do **Outorgado**, todas as despesas inerentes à atividade a ser desenvolvida, que inclui despesas com transporte, estadia e alimentação, as demais tidas por lei como obrigatórias, tais como encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários etc., com os funcionários e/ou prepostos que vierem a ser utilizados em seus respectivos espaços.

**CONDIÇÕES GERAIS:**

**Cláusula 5ª** – O **Outorgado**, nos limites do espaço a ser utilizado, terá direito a um ponto de iluminação de 127 ou 220 volts.

**Cláusula 6ª** – O **Outorgado** compromete-se, sob as penas da Lei, a:

I - Conservar e manter o local em perfeitas condições de uso e higiene, devendo portanto atender as exigências impostas pela Vigilância Sanitária, quando houver;

II - Respeitar, integralmente, o horário de funcionamento do evento;

III - Não ceder, arrendar, locar, emprestar, isto é, dispor, a que título for, do espaço que lhe fora outorgado o uso, sem prévia autorização da **Outorgante**;

IV - Não efetuar qualquer venda dos produtos fora dos limites delimitados para as barracas destinadas ao comércio ambulante.

V - Observar integralmente a aplicação da Lei Estadual nº 14.592 de 19 de outubro de 2011, que proíbe a venda, oferta, fornecimento, entrega e a permissão de consumo de bebida alcoólica, ainda que gratuitamente, aos menores de 18 (dezoito) anos de idade.

**CLAUSULA PENAL**

**Cláusula 7ª** – O **Outorgado** que descumprir qualquer uma das obrigações previstas no presente instrumento, **principalmente no que tange ao horário de funcionamento do seu ponto (espaço) conforme**



**Prefeitura Municipal da Estância Turística  
de Monte Alegre do Sul  
Cidade Presépio**

**disciplinado em Decreto do Poder Executivo Municipal**, bem como as demais inerentes ao objeto do presente instrumento, **estará sujeito a imposição de multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por cada dia de descumprimento**, sem prejuízo das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.

**Cláusula 8ª** – O **Outorgado** (Pessoa Física ou Jurídica) responderá integralmente pelos danos causados ao Poder Público ou a terceiros, danos estes oriundos de atos próprios ou de qualquer dos seus prepostos e/ou funcionários, ou mesmo aqueles decorrentes direta ou indiretamente da sua atividade.

**Cláusula 9ª** – A **Outorgante** poderá, a qualquer tempo, por seus órgãos e agentes, proceder inspeção e vistoria que julgar necessárias no espaço outorgado.

**RESCISÃO:**

**Cláusula 10ª** – A **Outorgante** poderá, quando o interesse público assim exigir, a qualquer tempo, por ato unilateral, rescindir o presente instrumento, devendo o **Outorgado** restituir o espaço de imediato, em perfeito estado de conservação, totalmente livre e desimpedido, sob pena de arcar com a multa **prevista na cláusula sétima** independente de ressarcimento por prejuízos que possa lhe ser imputado, e adoção das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, nos termos da lei vigente.

**Cláusula 11ª** – Fica a **Outorgante** dispensada de devolução ou ressarcimento de qualquer valor ao **Outorgado** por:

- I - Interrupção do evento por força maior ou caso fortuito;
- II - Interrupção pelo Poder Público Municipal em decorrência de atuação do Poder de Polícia;
- III - Interrupção por motivos de acidentes naturais que impeçam a realização do Evento;
- IV - Fechamento ou lacração por órgãos de fiscalização, como Corpo de Bombeiros, Polícia Militar, Vigilância Sanitária e outros.

**Parágrafo único.** Poderá ser ajustado entre as partes uma nova data para utilização do espaço em caso de não realização do evento enunciada nos itens I e III.

**Cláusula 12ª** – O descumprimento total ou parcial, pelo **Outorgado**, das condições estabelecidas neste instrumento, acarretará sua imediata rescisão, sem direito a quaisquer indenizações, arcando ainda com as perdas e danos a que der causa, além das custas judiciais e honorários advocatícios que possam advir acrescidos da multa prevista na cláusula sétima.

**FORO:**



**Prefeitura Municipal da Estância Turística  
de Monte Alegre do Sul**  
Cidade Presépio

**Cláusula 13** – Fica eleito o foro da Comarca de Amparo, com renúncia expressa a qualquer outro, para dirimir quaisquer questões deste que possam advir deste evento.

Monte Alegre do Sul, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025

**José Rafael Vezzan**  
**Prefeito Municipal**  
**Outorgante**

**Mary Ângela Mazzonetto**  
**Diretor de Cultura, Esportes e Turismo**

\_\_\_\_\_  
**Outorgado**

CPF: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
**Responsável pelo Setor de Eventos**